

Senado aprova PEC que proíbe governo de editar MP sobre educação

(Foto:REUTERS / Paulo Whitaker)-Aprovação ocorre no dia em que estudantes e professores fazem atos contra cortes de recursos em universidades

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira, 15, uma proposta que proíbe o governo de editar medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 19/2017 foi aprovada no colegiado no dia em que estudantes e professores fazem protestos contra o contingenciamento de recursos em universidades. O texto agora depende de votação no plenário da Casa e ainda terá de passar pela Câmara.

A proposta foi apresentada em 2017 pela então senadora Fátima Bezerra (PT-RN), hoje governadora do Rio Grande do Norte. O senador Cid Gomes (PDT-CE) emitiu um parecer favorável ao texto, que foi aprovado em votação simbólica pela CCJ. O texto impede o Executivo de editar medidas provisórias como a assinada pelo ex-presidente Michel Temer reformulando o ensino médio, ato criticado pela oposição ao emedebista. A MP do ensino médio se tornou lei, mas é alvo de questionamentos no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os senadores justificaram a aprovação da PEC para impedir abusos do Executivo na edição de MPs e a interferência do governo federal em iniciativas que, para eles, deveriam ser feitas pelo Congresso Nacional. Opositores citaram também as polêmicas envolvendo as medidas do atual ministro da Educação, Abraham Weintraub. “A medida é meritória, é necessária, mas é fruto dessa lamentável situação em que vivemos”, disse o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Houve, no entanto, críticas a uma demora do Congresso em analisar questões importantes para o País. “Temos, sim, que disciplinar o instituto das MPs, mas não podemos perder de vista que ela tem que continuar a existir e que ela tem que ser um remédio muitas vezes amargo contra a indecisão do Parlamento, contra o jogo de interesses não muito republicanos que acontece nesse Parlamento”, declarou o senador Oriovisto Guimarães (Pode-PR).

A presidente da CCJ do senado, Simone Tebet (MDB-MS), declarou que a Casa está preocupada com “excessos” do Executivo. “O que nós estamos vendo é que, de todos os Poderes, o Poder que está limitando seu poder por intervenção e ativismo dos outros é o Poder Legislativo. Seja pelo Executivo, seja pelo Judiciário, o ativismo está entrando cada vez mais nas nossas atribuições, está nos apequenando”, afirmou.

Fonte: Agência Estado

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail: adeciopiran_12345@hotmail.com